

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de Janeiro será apresentado um comentário sobre o desempenho da economia brasileira no ano de 2006 e perspectivas para 2007, indicadores econômicos como a Pesquisa de Emprego e Desemprego, o Índice do Custo de Vida na Região Metropolitana de São Paulo, a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras, índices de inflação e outras informações importantes sobre conjuntura econômica, além do desempenho da indústria geral.

Boletim de Conjuntura - Janeiro de 2007

José Calixto Ramos – Presidente

Alessandra de Moura Cadamuro - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte -

CEP: 70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

E-mail: cnti@cnti.org.br **Site:** www.cnti.org.br

ÍNDICE

I - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2006 E PERSPECTIVAS PARA 2007

II - INDICADORES ECONÔMICOS

III - DESEMPENHO SETORIAL

Entre em contato conosco pelo e-mail:

sucnti@dieese.org.br

1 - A CONJUNTURA ECONÔMICA E AS PERSPECTIVAS PARA 2007

No início de 2006, analistas e membros do governo projetavam para o ano uma taxa de crescimento econômico num intervalo entre 4% e 4,5%, esperando que a redução das taxas de juros pudesse elevá-lo bem acima dos 2,3% observados em 2005. Ao longo do ano as estimativas começaram a ser revistas para baixo e hoje as projeções giram em números abaixo de 3%. Caso estes números se confirmem, ter-se-á mais um ano de crescimento abaixo das necessidades do país, embora acima da média observada ao longo das últimas décadas, como se pode observar na tabela abaixo.

TABELA 1
Taxa de crescimento do PIB
Brasil – 1980 - 2006

(em %)

Período	Varição do PIB
Anos 80 (*)	2,9
Anos 90 (*)	1,8
Anos 00 (*)	3,1
2000	4,4
2001	1,3
2002	1,9
2003	0,5
2004	4,9
2005	2,3
2006 (**)	3,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE

Notas: (*) Média anual; (**) Projeção do Banco Central do Brasil.

Entre os fatores que podem explicar este desempenho, destacam-se:

- a) o patamar de nossas taxas de juros, que tornam alto o custo financeiro de investimentos e do consumo;
- b) a valorização do Real frente às outras moedas encarece nossas exportações e barateia produtos importados, afetando em especial alguns setores da indústria;
- c) a crise do setor agrícola e dos segmentos industriais a ele vinculados; e
- d) o adiamento de investimentos privados em função da indefinição do quadro político.

Entretanto, ao analisar os componentes do PIB percebe-se desempenhos bastante diferenciados que podem, inclusive, explicar a avaliação mais positiva que parte expressiva da população faz de suas condições de vida.

O bom desempenho recente do setor de comércio, que vem crescendo a taxas bastante elevadas, por exemplo, reflete o aumento na renda real dos ocupados e na massa de rendimentos, a ampliação dos programas sociais de garantia de renda mínima e a expansão do crédito ao consumidor.

Também se destaca o setor da construção civil, no qual se começa a perceber impactos positivos de medidas de desoneração fiscal, mudanças de ordem legal e a queda nos patamares das taxas de juros.

A partir de 2005, o consumo das famílias e, em menor medida, o investimento, passam a ter mais peso no crescimento da demanda, do que em anos anteriores. As exportações continuam contribuindo para o crescimento econômico, mas seu

peso teve uma diminuição relativa, frente ao aumento da produção voltada para o mercado interno, das importações e dos investimentos.

O aumento no poder de compra das famílias pode ser atribuído aos programas sociais, ao incremento do crédito e, principalmente, do comportamento do mercado de trabalho (salários e empregos), em que pese esteja longe do ideal.

Em geral, as perspectivas para 2007 são favoráveis. O desequilíbrio das contas externas, que tradicionalmente era o principal gargalo para o crescimento, parece superado. A dívida externa líquida está praticamente zerada, dando alívio para o câmbio e os juros internos, e a economia mundial continua em crescimento, mantendo a demanda pelos produtos brasileiros e o bom desempenho das exportações.

Além disso, a perspectiva de baixa taxa de inflação, não deve se alterar. O repasse de inflação passada nos serviços públicos e na energia representará um percentual relativamente pequeno. E a queda recente dos preços do petróleo parece não apontar para grandes problemas vindos desta área.

Fundamentalmente por estes dois motivos, contas externas sólidas e baixa inflação, pode-se prever novas reduções das taxas de juros, que são hoje um dos maiores impedimentos à aceleração do crescimento. Atualmente, o Brasil opera com taxas de juros reais ainda muito elevadas, apesar das quedas recentes, seja da taxa básica (SELIC), seja da TJLP – utilizada nos financiamentos do BNDES – que se encontra em seu nível

mais baixo, de 6,5% ao ano. Há, porém, margem de manobra para um necessário afrouxamento da política monetária, o que poderia, também permitir algum alívio na política fiscal.

Estes são os principais fatores que levam a vislumbrar um quadro melhor em 2007, com aumento do investimento e do consumo, e suas conseqüências positivas sobre o emprego e a renda dos trabalhadores.

O desafio do crescimento tende a assumir o centro da conjuntura em 2007, talvez de forma inédita. O governo tem dado importância fundamental para o tema, como evidenciado pelo próprio conjunto de medidas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), divulgado em janeiro passado e que será visto com maiores detalhes no próximo boletim.

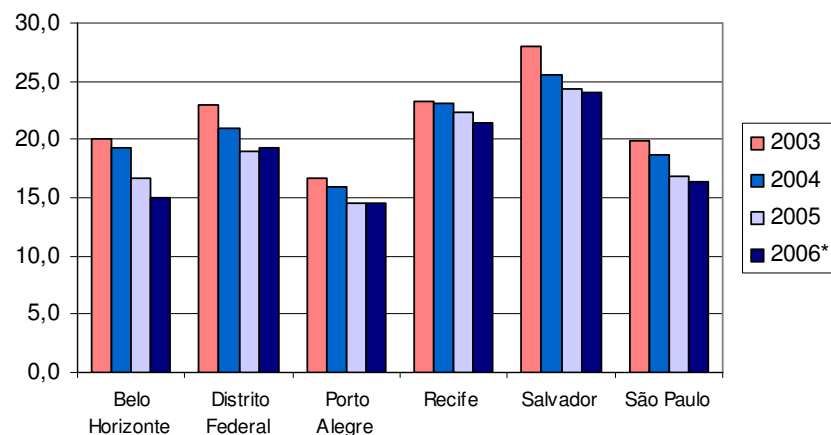
Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesse www.dieese.org.br.

2 - INDICADORES ECONÔMICOS

2.1 – Mercado de Trabalho

Ao se tomar a evolução das taxas de desemprego de seis Regiões Metropolitanas, vê-se a queda importante, apesar dos patamares ainda muito elevados (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF
2003-2006



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (*) São Paulo, Porto Alegre e Salvador – jan. a set. de 2006. As demais, jan.a ago. de 2006

Pesquisas e registros administrativos do Ministério do Trabalho têm mostrado, queda do desemprego, aumento da ocupação,

crescimento do emprego com carteira assinada, este, em geral, com uma remuneração maior que a do setor informal.

A combinação de um número maior de trabalhadores empregados com uma pequena recuperação dos valores pagos tem produzido aumento da massa de rendimentos e do rendimento médio real.

2.2 – Taxas de Inflação

Em especial, para os trabalhadores de mais baixa renda, a evolução do salário mínimo nacional e dos preços da cesta básica tem significado uma melhora substantiva do poder de compra.

Cabe acrescentar que a queda observada nos patamares de inflação, para níveis semelhantes aos de economias estáveis e abaixo das metas oficiais, tem sido um fator coadjuvante importante na manutenção do poder de compra dos salários em geral (Tabela 2).

O comportamento do ICV, calculado pelo DIEESE para o município de São Paulo, nos últimos 12 meses, registrou uma variação de 2,80% para a inflação. As taxas anuais, mês a mês, caíram acentuadamente entre janeiro (4,34%) e maio (2,47%) do ano passado. Em junho (2,44%) e julho (2,47%), mantiveram-se em um patamar relativamente estável, vindo a subir em agosto (2,80%). Nos meses seguintes, estas taxas voltaram a cair atingindo seu mínimo em novembro (2,11%). A partir de dezembro (2,57%) a inflação anual volta a subir e atinge janeiro de 2007 (2,80%) com taxa igual ao pico inflacionário de agosto

TABELA 2
Taxas de Inflação
Brasil – 2004 – 2006

(em %)

Período	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
Jan-06	0,72	0,38	0,59
Fev-06	0,12	0,23	0,41
Mar-06	0,52	0,27	0,43
Abr-06	-0,06	0,12	0,21
Mai-06	-0,37	0,13	0,10
Jun-06	-0,21	-0,07	-0,21
Jul-06	-0,14	0,11	0,19
Ago-06	0,32	-0,02	0,05
Set-06	0,39	0,16	0,21
Out-06	0,27	0,43	0,33
Nov-06	0,33	0,42	0,31
Dez-06	0,65	0,62	0,48
2006	2,57	2,81	3,14
Jan-07	0,95	0,49	0,44

Fonte: DIEESE

A taxa de janeiro foi a maior apurada desde julho de 2004 – quando chegou a 1,21% - e supera a de janeiro de 2006 (0,72%) em 0,23 pp. A taxa elevada deste mês foi pressionada pelos grupos: Educação e Leitura (0,37 pp), Alimentação (0,30 pp) e Transporte (0,23 pp), que juntos contribuíram com 0,90 pp no resultado da inflação de janeiro (0,95%).

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato

de renda[§] para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE, encontram-se na tabela 3.

As taxas dos últimos 12 meses apontam uma maior inflação para o 1º estrato (3,02%), seguido do 3º estrato (2,88%) e com uma menor inflação observa-se o 2º estrato (2,55%).

TABELA 3
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxa geral e por estrato de renda
Município de São Paulo

Índices	Dezembro 2006 %	Janeiro 2007 %	Diferença pp.	Varição anual Fev 2006 a Jan 2007 %
Geral	0,65	0,95	0,30	2,80
Estrato 1	1,01	0,63	-0,38	3,02
Estrato 2	0,88	0,78	-0,10	2,55
Estrato 3	0,46	1,11	0,65	2,88

Fonte: DIEESE

O IPCA, calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é

[§] O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação. O índice de janeiro (0,44%) ficou pouco abaixo do de dezembro (0,48%) e também foi inferior ao de janeiro de 2006 (0,59%). O acumulado dos últimos doze meses, em janeiro (2,99%), foi inferior ao de dezembro de 2006 (3,14%). O resultado foi influenciado pelo aumento nos preços dos alimentos, do álcool combustível, passagens dos ônibus intermunicipal (2,24%), condomínio (1,78%), automóvel usado (1,34%), recreação (0,96%) e empregado doméstico (0,86%).

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões. O INPC apresentou variação de 0,49% em janeiro, abaixo do resultado de dezembro (0,62%). Nos últimos doze meses a taxa ficou em 2,93%, pouco acima dos 2,81% relativos aos doze meses imediatamente anteriores. Em janeiro de 2006 o índice havia ficado em 0,38%. O índice foi influenciado principalmente pela variação de 0,80% nos preços dos produtos alimentícios.

2.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

Na tabela 3 podemos verificar o valor da cesta, em janeiro de 2007, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido** necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

TABELA 3
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais
Brasil – Janeiro 2007

Capital	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)
Vitória	168,99	52,28	106h 13min	6,84
João Pessoa	139,20	43,07	87h 30min	3,97
Recife	137,12	42,42	86h 11min	3,77
Aracaju	142,74	44,16	89h 43min	3,73
Rio de Janeiro	176,57	54,63	110h 59min	3,02
Belo Horizonte	176,24	54,53	110h 47min	2,77
Florianópolis	172,00	53,21	108h 07min	2,02
Salvador	137,24	42,46	86h 16min	1,80
Belém	159,49	49,34	100h 15min	1,48
São Paulo	184,72	57,15	116h 07min	1,47
Curitiba	170,29	52,68	107h 02min	1,38
Goiânia	154,48	47,79	97h 06min	1,34
Brasília	173,43	53,66	109h 01min	0,92
Porto Alegre	186,36	57,66	117h 08min	0,07
Natal	137,71	42,60	86h 34min	- 2,14
Fortaleza	128,18	39,66	80h 34min	- 3,57

Fonte: DIEESE

O salário mínimo necessário estimado deveria ser, em janeiro, de R\$ 1.565,61. Em relação ao valor estimado para dezembro,

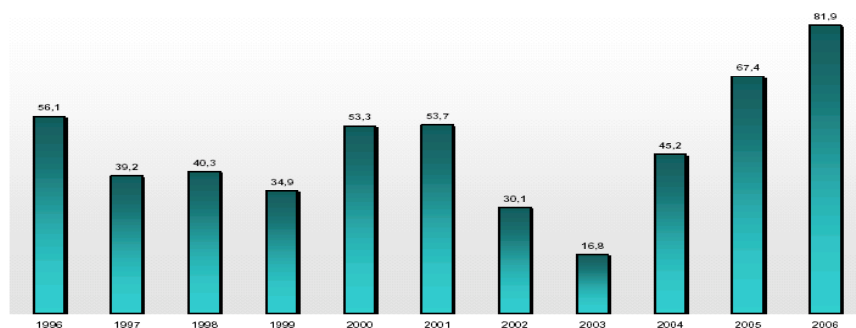
** Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

praticamente não há diferença (R\$ 1.564,52), tanto que ambos equivalem a 4,47 vezes o mínimo vigente. Se em dezembro quem ganha salário mínimo precisava cumprir uma jornada de 98 horas e 12 minutos, em janeiro foram necessárias 99 horas e 58 minutos para realizar a mesma compra. Há um ano, eram necessárias 112 horas e 05 minutos. A mesma situação pode ser vista quando se considera o salário mínimo líquido. Em janeiro eram comprometidos 49,21% dos vencimentos com a cesta. Em dezembro, a mesma compra exigia 48,33% do salário e em janeiro de 2006, 55,17%.

2.4 – Negociações Salariais

É crescente o número de categorias profissionais que têm obtido reajustes salariais acima da inflação. Segundo levantamento recente do DIEESE, no primeiro semestre de 2006, cerca de 96% dos acordos coletivos pesquisados fixaram reajustes iguais ou acima da inflação. E desse total, a grande maioria estabeleceu, também, um ganho real, como mostra o gráfico 2.

GRÁFICO 2
Porcentagem de reajustes superiores ao INPC-IBGE
Brasil - janeiro a junho de 1996 a 2006



Fonte: DIEESE

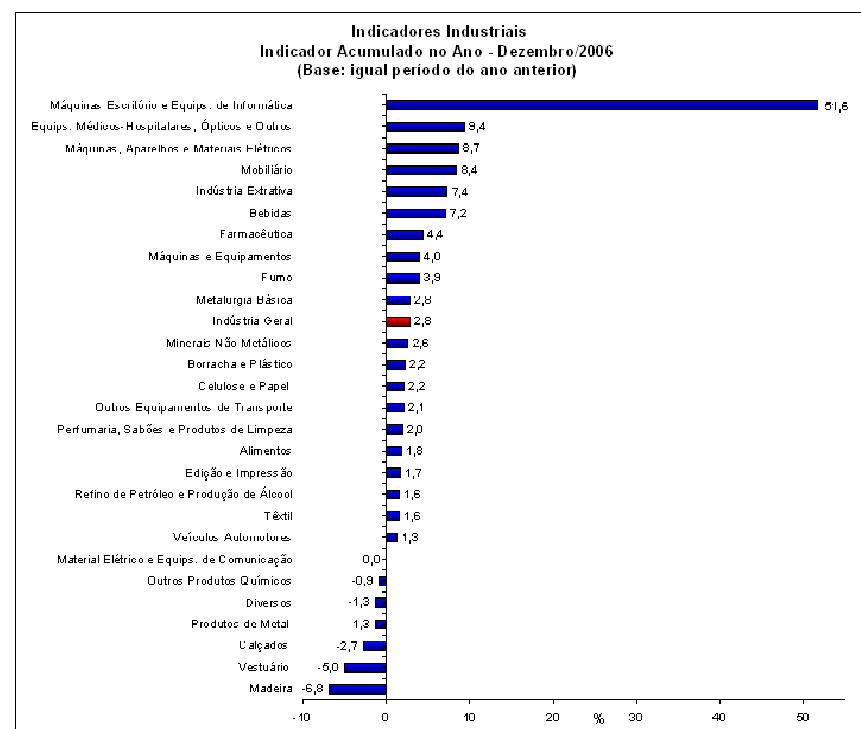
Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

3 – DESEMPENHO SETORIAL

3.1 – Indústria Geral

Segundo pesquisa do IBGE, em dezembro de 2006, a produção industrial cresceu 0,5% frente a novembro. Foi o terceiro resultado positivo consecutivo, acumulando expansão de 2,2% de outubro a dezembro.

GRÁFICO 3



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Em relação a dezembro de 2005, a taxa ficou em 0,4%. Com isso, o acumulado do ano foi de 2,8%, abaixo dos 3,1% acumulados em 2005. No último trimestre de 2006, a produção da indústria superou em 1,1% à do trimestre imediatamente anterior, e em 3,2% o nível observado no quarto trimestre de 2005.

Na análise regional a produção industrial encerrou o ano de 2006, com crescimento em 11 das 14 áreas, sendo que oito acima da média da indústria nacional (2,8%). A taxa mais elevada ficou com Pará (14,2%), em razão do maior dinamismo de produtos tipicamente de exportação (minério de ferro e óxido de alumínio), em seguida vieram Ceará (8,2%), Espírito Santo (7,6%), também em função das exportações de commodities. Pernambuco (4,8%), Minas Gerais (4,5%), Bahia e São Paulo (ambos com 3,2%). Cresceram abaixo da média Goiás (2,4%), Rio de Janeiro (1,9%) e Santa Catarina (0,2%). Acumularam perdas em 2006, frente a 2005, Paraná (-1,6%), Rio Grande do Sul (-2,0%) e Amazonas (-2,2%).

Ainda de acordo com levantamento do IBGE, a produtividade da indústria cresceu 2,5% em 2006, percentual um pouco superior ao de 2005 quando o índice obtido foi de 2,3%. Segundo a análise a indústria aumentou sua produção mas não houve aumento no número de vagas novas, ou seja, o emprego industrial manteve-se estável.

Na avaliação de economistas e empresários este aumento de produtividade difere do padrão de 2004 e 2005 quando atividade industrial e emprego cresceram simultaneamente e reflete ajuste de custos. Entre os 17 setores pesquisados, 10 elevaram a produtividade cortando empregos, entre eles o setor têxtil, vestuário, madeira e móveis e calçadista.

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística